



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

O presente Termo de referência tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

OBS.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO-PE;

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM CONSELHO- PE;
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM CONSELHO- PE;
- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM CONSELHO- PE.

2. DESCRIMINAÇÃO DOS ITENS:

| VEÍCULOS | | | | | |
|----------|---|---------|-------|----------------|----------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | VEÍCULO NOVO, ZERO KM, CAPACIDADE PARA 07 LUGARES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE DE 07 OCUPANTES (INCLUINDO O MOTORISTA), COR BRANCA, 04 PORTAS, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2023, RÁDIO USB, BICOMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANO, 04 PORTAS, RODA E PNEU TAMANHO MÍNIMO R15, CÂMBIO MANUAL E OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, FREIOS ABS, PROTETOR DO CARTER, ALARME E TRAVA ELÉTRICA NAS 04 PORTAS, FARÓIS DE NEBLINA, TAPETES E TODOS OS | UND | 05 | R\$131.914,00 | R\$ 659.570,00 |



| | | | | | |
|------------------------|---|-----|----|----------------|---------------------|
| | EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CTB. GARANTIA DO VEICULO DE NO MÍNIMO 01(UM) ANO. | | | | |
| 2 | VEÍCULO NOVO, TIPO HATCH, ZERO KM, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE DE 05 OCUPANTES (INCLUINDO O MOTORISTA), COR BRANCA, 04 PORTAS, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2023, MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA 1.0, BICOMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, 04 PORTAS, CÂMBIO MANUAL E OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, FREIOS ABS, AIRBAG DUPLO, TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO E ALARME), TAPETES E TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CTB. GARANTIA DO VEICULO DE NO MÍNIMO 01(UM) ANO. | UND | 05 | R\$ 77.106,33 | R\$ 385.531,65 |
| 3 | VEÍCULO NOVO TIPO PICK-UP, ZERO KM, COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: COR BRANCA, CABINE DUPLA, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2023, MÍNIMO 03 PORTAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 04 PASSAGEIROS, RÁDIO USB, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA 85CV, BICOMBUSTÍVEL GASOLINA/ETANOL, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DA CAÇAMBA MÍNIMA DE 610 KG, CÂMBIO MANUAL E OU AUTOMÁTICO, FREIOS ABS, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RODAS DE AÇO NO MÍNIMO ARO 14, PROTETOR DE CÁRTER, TAPETES E TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CTB. GARANTIA DO VEICULO DE NO MÍNIMO 01(UM) ANO. | UND | 05 | R\$ 119.326,00 | R\$ 596.630,00 |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | 1.641.731,65 |

2.1. O objeto da licitação tem a natureza de fornecimento de material de natureza comum.

2.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. A presente contratação adotará como regime de execução a aquisição com entrega parcelada e o julgamento por item.

2.3. O contrato terá vigência até 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, através de solicitação a Comissão Permanente de Licitação, que tem como atribuições realizar os procedimentos licitatórios.

2.4. Desta feita, faz-se necessário a realização de procedimento Administrativo de licitação, observando sempre a busca da administração pública pela melhor qualidade e o menor desembolso, através de um procedimento formal de disputa e registro de preços.



2.5. Por fim, na forma proposta de aquisição mais vantajosa para a Administração Pública, bem como garantir a prestação de serviços públicos de total atuação do município.

3. DA FISCALIZAÇÃO

3.1. A realização e fiscalização do respectivo contrato administrativo, atendidas as suas demandas e disponibilidades orçamentárias e financeiras caberá a secretaria solicitante.

4. DO PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Os produtos poderão ser entregues durante o período 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.

4.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE.

4.3. Os produtos serão recebidos e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE.

5. DA ENTREGA

5.1. Os produtos serão entregues, em conformidade com as determinações expedidas pela CONTRATANTE.

5.2. Os produtos serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório e contratos.

5.3. Os produtos deverão ser de qualidade. Sendo a entrega supervisionada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO.

5.4. A CONTRATADA deverá, durante a ENTREGA, atender as exigências das condições de segurança.

5.5. A licitante vencedora garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

6.1. O objeto do presente Termo de referência é de natureza comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, em conformidade com o parágrafo único do Art, 1º da Lei 10.520/2002.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



7.1. O prazo de entrega dos serviços objeto da licitação será de 45 (quarenta e cinco) dias após a apresentação da requisição de fornecimento.

7.2. Os serviços/produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

7.3. Os serviços/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8. DO LOCAL DE ENTREGA DO SERVIÇOS/PRODUTOS

8.1. A proponente deverá realizar a entrega dos serviços/produtos no local indicado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO de acordo com a ordem de compra.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos PRODUTOS, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso entrega, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

9.7. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8. Rejeitar quaisquer produtos equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência.

9.9. Impedir que terceiros executem os serviços objeto deste Pregão, ressalvados os casos autorizados pela PREFEITURA MUNICIPAL.

9.10. Solicitar que seja refeito o serviço/produtos que não atenda às especificações constantes neste termo de referência.

9.11. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o produto, por intermédio de servidor nomeado para esse fim.



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

10.1. Entregar os produtos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.7. Entregar os produtos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.8. Não será permitida a subcontratação do objeto.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Executados e aceitos os produtos, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura na sede da secretaria municipal de saúde, para fins de liquidação e pagamento, que serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contado da entrega dos documentos.

11.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line.

11.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento;



11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

12.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.5. comportar-se de modo inidôneo; ou

12.6. cometer fraude fiscal.

12.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.8. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.9. Multa;

12.10. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.11. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.12. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa constante deste Termo de Referência.

12.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.15. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.16. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.17. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.18. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



12.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

13.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

13.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência da licitante em serviços/fornecimento de produtos constante neste Termo de Referência.

13.4. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

13.5. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

13.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

13.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Unidade Gestora:

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO

Órgão Orçamentário:

6000- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14000- ENTIDADES SUPERVISIONADAS

Unidade Orçamentária:

14003- FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa: 405; 801; 807; 1001; 1002; 1004; 1005, 1201, 1210

Ação: 1.112; 1.127; 1.303; 1.304; 1.305; 1.307; 1.401; 1.426; 1.410; 1.412; 1.417; 1.784; 1.788; 1.929;

ELEMENTO: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.



Bom conselho/PE, 28 de Setembro de 2023.

TATIANA MIRANDA DE ARAÚJO
Diretora de Orçamento, Registro de Preços e Compras.

JOÃO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
PREFEITO

